



VOTO

PROCESSO: 00058.541160/2017-03

INTERESSADO: RIO BRANCO AEROTÁXI LTDA

RELATOR: RICARDO BEZERRA

1. FUNDAMENTAÇÃO

1.1. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dispõe ser competência privativa da União a exploração do espaço aéreo. Prevê ainda a possibilidade de delegação dessa atividade mediante concessão, permissão ou autorização.

1.2. Com o advento da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, a União conferiu competência à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC para regular e fiscalizar as atividades de aviação civil, bem como para conceder, permitir ou autorizar a exploração dos serviços aéreos, nos termos do art. 8º do aludido diploma legal.

1.3. Conforme preconiza o art. 180 do Código Brasileiro de Aeronáutica - CBA, a exploração de serviços aéreos, em se tratando de serviços aéreos especializados e serviço de transporte aéreo público na modalidade táxi aéreo, requer a expedição da competente autorização para operar. O procedimento para a obtenção de autorização para operar, por sua vez, foi regulamentado pela [Resolução ANAC nº 377, de 15.03.2016](#), e pela [Portaria nº 616/SAS, de 16.03.2016](#).

1.4. De acordo com o art. 13 da [Resolução ANAC nº 377, de 15.03.2016](#), a autorização para operar terá validade de até 5 (cinco) anos, contados a partir da data da publicação do ato de outorga, podendo ser renovada, no todo ou em parte.

1.5. Nos termos da normatização acima referenciada, a autorização para operar será outorgada mediante a verificação das condições jurídicas e operacionais da empresa, bem como de sua regularidade fiscal e previdenciária. Assim, veja-se:

- **Aspectos Jurídicos**

1.6. A regularidade jurídica da sociedade é atestada por meio de cópia de instrumento de alteração contratual (Páginas 06-42 do Doc. 1330764) e Cópia do Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral no CNPJ da empresa aérea (Página 43 do Doc. 1330764).

- **Aspectos Operacionais**

1.7. Os aspectos operacionais da solicitante foram aferidos pela Gerência de Operações da Aviação Geral da Superintendência de Padrões Operacionais (GOAG/SPO) e pela Gerência Técnica do Registro Aeronáutico Brasileiro (GTRAB), em cumprimento ao disposto no art. 9º da [Resolução ANAC nº 377, de 15.03.2016](#), que manifestaram-se por meio do Despacho (Doc. 1349453) e pelo Memorando nº 170(SEI)/2017/GTRAB/SAS (Doc. 1393564), respectivamente, no sentido de que a requerente atende aos requisitos técnico-operacionais para a renovação da autorização para operar serviço de transporte aéreo público não regular na modalidade táxi aéreo.

1.8. Adicionalmente, a GOAG/SPO informou que o operador supracitado possui COA de número 2003-04-0CEF-01-02 e as seguintes aeronaves sob sua operação, conforme relação a seguir:

Matrícula	Fabricante	Modelo	Nº de Série

PT-OCW	EMBRAER	EMB-110P1	110273
PT-WAP	EMBRAER	EMB-110	110004
PR-SBR	CESSNA AIRCRAFT	C 208B	208B2253
PT-VJP	EMBRAER	EMB-810D	810701

- **Aspectos Fiscais e Previdenciários**

1.9. O art. 10, inciso IV, do anexo I do [Decreto nº 5.731, de 20.03.2006](#), o art. 11 da [Resolução ANAC nº 377, de 15.03.2016](#), e o art. 24, parágrafo único, inciso III, da [Resolução nº 25, de 25.04.2008](#), impõem a necessidade de manutenção de regularidade fiscal por parte das empresas exploradoras de serviços aéreos públicos. Neste sentido, a Regularidade Fiscal e a inexistência de débito inscrito em Dívida Ativa da ANAC da interessada foram devidamente demonstradas conforme certidões juntadas aos autos, relacionadas no quadro abaixo:

Regularidade Fiscal (Artigo 11 da Res. 377 e Item 11 dos Documentos Requeridos pelo Anexo 1 da Port. 616/SAS)	Validade	Localização nos Autos
Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional mediante a apresentação de certidão conjunta emitida pela Secretaria de Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, que abrange a situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.	27.05.2018	Página 44 do Doc. 1330764
Prova da regularidade dos recolhimentos do FGTS , expedida pela Caixa Econômica Federal, conforme alínea “a”, do artigo 27, da Lei nº 8.036/1990, devidamente atualizada.	06.02.2018	Doc. 1413582
Regularidade com a Dívida Ativa da ANAC (Item 13 dos Documentos Requeridos pelo Anexo 1 da Port. 616/SAS)	Avaliação	Localização nos Autos
Certidão negativa, referente a débitos inscritos na dívida ativa da ANAC .	A	Doc. 1413579

2. DA CONCLUSÃO

2.1. Assim sendo, conforme restou consignado nos autos, a empresa demonstra estar em condições para explorar serviço de transporte aéreo público não regular na modalidade táxi aéreo, sob os aspectos jurídico, operacional e fiscal.

2.2. A Gerência Técnica de Outorgas de Serviços Aéreos, por meio do Parecer nº 18(SEI)/2018/GTOS/GEAM/SAS (Doc. 1413550), conclui pela presença dos requisitos necessários à renovação da outorga da autorização para operar serviço de transporte aéreo público não regular na modalidade táxi aéreo à **RIO BRANCO AEROTÁXI LTDA - EPP**, recomendando o envio do processo à Assessoria Técnica - ASTEC, para providências, nos termos do art. 32, inciso I, alínea “b”, do [Regimento Interno da ANAC](#), com a sugestão de que a Diretoria Colegiada da ANAC delibere pela renovação de outorga de autorização para operar à mencionada sociedade empresária.

2.3. Desta forma, recebo os autos para julgamento, pela competência atribuída pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 2005, e, ante a fundamentação ora apresentada e tendo em vista os pareceres favoráveis das unidades técnicas desta Agência, **VOTO FAVORAVELMENTE à renovação da autorização operacional, por novo período de 5 (cinco) anos, à sociedade empresária RIO BRANCO AEROTÁXI LTDA - EPP, para a exploração de serviço de transporte aéreo público não regular na modalidade táxi aéreo.**

É como voto.

RICARDO BEZERRA

Diretor - Relator



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Sérgio Maia Bezerra, Diretor**, em 22/01/2018, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sistemas.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **1439573** e o código CRC **EA859B1F**.

SEI nº 1439573